

REALIDADE DA ACADEMIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM TEMPOS INCERTOS

Lucio Fernando Oliver Costilla

1. Introdução

A seguir apresento algumas notas da minha pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro durante a minha estadia de um semestre (1/02/2024-31/07/2024) como professor visitante sênior conforme seleção prevista pelo programa CAPES-PRINT.

Trata-se de um escrito em formato de memória de leituras, apontamentos, rascunhos, eixos de intercâmbios e debates que foi resultado da minha participação ativa na disciplina de doutorado (Tópicos Especiais de Pesquisa e Serviço Social: contribuições do pensamento crítico clássico e contemporâneo). Acompanham este texto algumas anotações menores que registram apreciações feitas nos intercâmbios realizados no Seminário oferecido opcionalmente ao Programa de Pós-Graduação sobre aproximações histórico-políticas à trajetória de Antônio Gramsci antes de ele ser arbitrariamente trancado ilegalmente em uma prisão pelo totalitarismo fascista, e que elucidam aspectos relevantes dos temas e das problemáticas da produção intelectual posterior do pensador italiano.

Na minha condição de professor de dedicação exclusiva da Universidade Nacional Autônoma do México, convidado para conhecer a Universidade Federal de Rio de Janeiro, gostaria de enfatizar que foi marcante o intercâmbio pessoal e institucional desenvolvido nas aulas e nas conversas com professores e estudantes da Pós-Graduação e da Graduação em Serviço Social. Nas aulas, pude conhecer novas formas de ver as problemáticas do mundo desde o Brasil, e me apropriei de novas ideias pertencentes ao acúmulo acadêmico sobre teoria social e a questão social no Serviço Social. Isso resultou em experiências e afetos que se traduziram em conhecimentos novos, produto da minha descoberta de ricos elementos históricos, culturais, políticos e econômicos do mundo acadêmico e social do Brasil. Tanto no espaço do doutorado como do mestrado, a internacionalização das nossas universidades permitiu a ampliação da minha visão do mundo e uma multiplicação de pensamentos e sentimentos compartilhados.

2. Desenvolvimento

O presente texto está organizado em quatro partes estruturadas para expor com alguma sistematização várias questões principais trabalhadas nas atividades de pesquisa.

2.1. Primeiro assunto: a perspectiva metodológica da unidade/distinção de história e teoria

A minha apreciação teórica é que boa parte dos estudos atuais de questões sociais fundamentais da modernidade, assim como são trabalhadas nos planos acadêmicos, ficam

limitados ou são tratados de forma superficial pelo fato da análise se restringir a só um aspecto da realidade da vida social e institucional ou a uma determinada forma de manifestação do fenômeno num momento dado. Não consideram que as sociedades são sempre relações sociais e históricas, que fazem parte integrante de uma totalidade em movimento, isto é, são formações sócio-históricas, embora com planos e graus diferenciados que resultam da divisão de trabalho e do distinto peso e interação entre diversos elementos sociais, temporais e territoriais, de vida, regulamentações e cultura, tanto econômicos, políticos, jurídicos e ideológicos, como institucionais, linguístico-comunicativos, tecnológicos, de pensamento, ação e organização.

Na minha pesquisa, concluí que a totalidade é uma abstração metodológica válida na medida em que esteja orientada a reconhecer que existem processos históricos que dão lugar a diferenciações e articulações entre distintos planos objetivamente existentes da vida social. Isso demonstra a importância de analisar metodologicamente os fenômenos sociais a partir da unidade/distinção de história e teoria, assim como estabelecer a relação existente entre âmbitos diferenciados, criados pelas necessidades do desenvolvimento social, tais como as relações econômico-sociais, de poder, e da iniciativa e vontade dos grupos sociais e os indivíduos. Não considerar a totalidade, ou tentar compreender um dado fenômeno a partir de absolutizando-o como algo em si mesmo, leva-se a permanecer num pensamento ordinário, próximo do senso comum, cheio de reducionismo e simplicidade que não contribui para um enfoque maduro e adequado de ciência social.

A totalidade pode se caracterizar como uma relação integral e interdependente entre elementos sintéticos que têm diferentes determinações histórico-concretas, segundo o peso e a força das formas primordiais, formas produtivas, instituições, sujeitos, atores, situações e formas de dependência ou independência pessoal no trabalho, na economia, no mercado ou na política. Isso articulado com distintas relações de poder e de socialização das regras jurídicas e institucionais, de comportamento social cultural e civilizatório.

O anterior conduz a uma aproximação para o estudo dos fenômenos e problemas sociais, para entendê-los não como questões separadas e isoladas a estudar, conhecer e explicar, senão a partir de caracterizar a sua autonomia relativa com relações de interdependência com outros âmbitos e elementos, que sempre fazem parte integral da totalidade. Esta, então, é uma referência e mediação necessária para compreender a profundidade problemas estudados pela teoria social, o que não significa deixar de lado o estudo da particularidade dos fenômenos.

Estudar fenômenos sociais de diversos tipos, então, significa procurar uma visão, cujo conhecimento diacrônico e sincrônico de unidade distinção entre história/teoria tem a ver com sua apropriada caracterização e com o uso analítico e sintético da ciência e da arte. Decifrar no concreto cada fenômeno a pesquisar, leva à busca da relação entre estruturas, situações e processos, Estado e sociedade, política e cultura, instituições, territórios e formas sociais, em processos históricos de longa, média e de curta duração.

Mas, aparece a questão problemática: que história e qual teoria? Como entendê-las como galhos de conhecimento nas ciências sociais? E como entender não somente a sua unidade senão também a sua distinção? É sabido que a noção de crítica desde Kant (*Crítica da Razão Pura*, A XII) tem superado o relato dos acontecimentos que dava prioridade a elementos religiosos, políticos, culturais ou individuais, para dar lugar a uma história racional e argumentada que recolhe elementos objetivos e subjetivos das forças, instituições,

conhecimentos e elementos produtivos, científicos e organizativos que geram as sociedades modernas. Um desses elementos é o modo de produção e circulação da riqueza moderna e o capital que, Marx afirma, dominar tudo na sociedade capitalista. Mas é claro que, como Marx estabeleceu em 1859 (Marx, prefácio de 1859), as contradições da sociedade moderna entre relações de produção e forças produtivas se expressam na luta entre as distintas concepções ideológicas, política e jurídicas das diferentes forças, e é na luta entre estas que se procuram resolver.

A história mesma, entendida de esta forma, é história ativa de forças sociais, grupos e indivíduos com raiz nacional popular e territorial institucional, que disputam essa luta com seus programas políticos, ideológicos e econômicos. E é nessa ação histórico política que eles criam situações e teorias sociais, caracterizam e tentam se constituir em direção política e ideológica do conjunto dos grupos sociais atuando nas suas contradições e conflitos assim como estabelecem estratégias e táticas nos horizontes de manutenção da ordem existente ou de transformações possíveis e desejáveis para uma outra situação.

Mas é claro que a teoria não é equivalente à história. Os conceitos são analíticos e sintéticos, além de históricos (Kant, *Crítica da Razão Pura*, A 7/B 11), por exemplo, como as noções de Estado ético-político moderno, de forças políticas dominantes, de sociedade civil atuante, de nação, de crise, de formas sociais e políticas, de domínio e hegemonia, etc.

Os autores que foram trabalhados e relidos durante o semestre de pesquisa na UFRJ foram construtores vivos de novos elementos da teoria crítica numa determinada situação histórica, tais como:

- Kant, com as suas noções de entendimento e razão, de crítica, de análise e de síntese (*Crítica da razão pura*, 1771)

- Hegel, com a noção de ruptura epistemológica, a partir da qual a teoria constituía uma consciência variável tanto individual como comunitária, fundamentada num crescente reconhecimento social igualitário e operada pela vontade livre (*Fenomenologia do Espírito*, 1807). Hegel trabalhou um processo teórico impulsionado pelo descobrimento do valor e da função das contradições, do movimento dos fenômenos e da passagem das aparências à essência, e daí, ao Conceito (*Ciência da Lógica*, 1813), num processo de procurar usufruir dum conhecimento iluminado por uma nova lógica dialética e pela ideia de liberdade espiritual vinculada à vida (*Princípios da Filosofia do Direito*, 1821).

- Marx, que optou pela ruptura epistemológica a respeito dos fundamentos da Economia Política do século XIX e colocou as bases duma nova teoria social histórica e crítica, fundamentada na relação social como condicionante do papel e das opções dos indivíduos, da elevação do abstrato dos sistemas teóricos ao concreto, que não é só uma síntese de determinações do pensamento senão que se trata de algo que está na própria história, e da negação da negação que acontece nos processos sociais impulsionados pelas contradições, determinações e relações reais (históricas) da vida social (cap. XXIV, de *O capital*, 1867).

- Engels, que inovou teoricamente sobre o Estado e a política sublinhando que todo Estado moderno é um pacto, que a época das revoluções espontâneas de minorias teria acabado como fato histórico normal, o que o levou a estabelecer que de 1895 para a frente, a maioria das revoluções sociais teriam de ser principalmente conscientes e de maiorias (Engels, *Prefácio de 1895*).

Outros autores como Antonio Gramsci (Teses de Lyon, 1926, Alguns temas da questão meridional, 1926, Cadernos do Cárcere, 1929-1935, René Zavaleta, 2013) e Ruy Mauro Marini (<http://marini-escritos.unam.mx>) foram autores também pesquisados pela importância das suas categorias intermediárias (analíticas e sintéticas), que impulsionaram a crítica ao dogmatismo teórico e à recuperação e renovação do marxismo como teoria social histórico-crítica que precisa de elaborar categorias intermediárias associadas à compreensão e caracterização das novas situações concretas. Eles se orientaram por uma compreensão e uso da teoria como filosofia da práxis, a noção do Estado como Estado integral, a importância de diferenciar a luta de classes como abstração e como realidade histórico-política, e enfatizaram em conhecer e caracterizar a especificidade dos processos vinculados ao Estado, à luta pela hegemonia, à democracia, à construção duma reforma intelectual e de uma vontade coletiva nacional popular, e a uma compreensão das instituições e das sociedades como espaços de disputa.

Estes autores elaboraram novas categorias teóricas intermediárias para estabelecer sínteses das determinações específicas das formações sociais nacionais e regionais de países periféricos; estabeleceram especificidades da integração imperialista internacional dos capitalismo nacionais; analisaram as formas de acumulação e sua relação com os interesses e as lutas políticas e ideológicas das classes sociais (colonialismo interno, Estados de compromisso, capitalismo dependente, subimperialismo, Estados de contrainsurgência, Estados aparentes, sociedades agarradas, momentos constitutivos, ciclos de Estado, hegemonia civil, etc.) relacionadas aos processos de construção das economias capitalistas dependentes e do mercado interno subordinado, à formação das nações e dos Estados, à relativa diferença cultural das distintas classes e à existência duma civilização coletiva e comunitária, em crise na modernidade.

Os três pensadores acima mencionados compartilharam um interesse especial por teorizar as crises políticas e as crises nacionais gerais como método de conhecimento da realidade periférica pela sociedade ou pelos seus movimentos políticos ou ideológicos. Construíram categorias para caracterizar as variadas crises em seu tempo e espaço assim como nas suas consequências para o aceleração das lutas políticas e sociais e para o autoconhecimento das forças ideológicas e políticas ativas. Com as categorias intermédias construídas pelos autores sobre as crises atuais (crises políticas, econômicas, de acumulação, de relação entre as estruturas produtivas, o mercado e o Estado, de dominação, de hegemonia, de distanciamento entre formas de Estado, mediações e sociedades civis, crise orgânica, crise conjuntural, Cesarismo, bonapartismo etc.) geraram conhecimentos importantes para entender e estudar a situações contemporâneas. A pesquisa foi produtiva para analisar o seu pensamento na ideia de nos capacitarmos para compreender nossa instável e complexa realidade atual.

As categorias intermédias expressam a especificidade e a potencialidade de conhecimento concreto da teoria pois vão além das abstrações teóricas gerais, que se antes estabeleceram sistemas teóricos suficientes para conhecer as tendências gerais, não dão conta suficiente das situações concretas em que se expressam as contradições e conflitos das sociedades atuais. No entanto, todos os dias se criam situações novas e se abrem espaços que requerem pesquisas sobre as problemáticas colocadas pela história às sociedades e aos seus intelectuais, em todas as classes sociais e lugares; afetam a pensadores da ordem e também aqueles que optam pela perspectiva crítica da situação.

2.2. Segundo assunto: A questão da interdisciplinaridade na teoria social contemporânea.

A aproximação interdisciplinar à realidade se apresenta hoje na academia como uma noção de senso comum a partir do reconhecimento de que a realidade está conformada por múltiplos elementos diversos, no entanto interconectados e atuantes. Crise climática, por exemplo, está relacionada com fatores ativos que são analisados pela física, a economia, a geografia, a política, a cultura, pelas ciências da saúde e do serviço social que atendem ao bem-estar da vida individual e coletiva. Mas é uma ingenuidade pensar que só juntando pesquisadores de distintas áreas e variadas formações, ou ampliando o conhecimento de distintas disciplinas, a pesquisa conjunta vai conseguir desenvolver uma perspectiva interdisciplinar (ainda que, com certeza, se vai ter uma aproximação mais complexa aos variados fenômenos).

Para avançar para a interdisciplina se precisa uma *ruptura epistemológica*, tanto nas perguntas como na profundidade teórica histórica e de pensamento, como aconteceu no processo da ilustração alemã que renovou a pergunta clássica da filosofia grega sobre a diferença entre aparência fenomênica e verdade, e a atualizou com muitas novas concepções e desenvolvimentos teóricos até chegar a produzir novos enfoques e resultados, especialmente com Hegel e Marx e seus seguidores mais criativos.

Nesse processo de ruptura epistêmica Hegel superou a diferença clássica entre sujeito-objeto, entendimento e consciência, aparência e essência, para propor uma nova lógica dialética e gerar uma nova concepção de conhecimento da realidade e do pensamento a partir de o espírito sair à vida e virar conceito que consegue se apropriar de novos elementos da vida da comunidade, do reconhecimento, do igualitarismo, da liberdade, da sociedade civil de trabalhadores interdependentes e do Estado ético-político moderno. Foi nessa ida para a vida que, a dizer de Hegel, a consciência social apreende as contradições como motor do conceito e das transformações e a força da vontade individual e coletiva se afirmam na relação cultura-política, isto é, da cultura (espírito) como política.

Marx, pela sua vez, na sua crítica da economia política clássica fez um rompimento epistemológico extraordinário ao impulsionar uma teoria realmente social e histórica, na qual o indivíduo moderno só pode ser entendido como resultado da totalidade interdependente dentro da sociedade (o que mudou o horizonte de conhecimento limitado aos indivíduos isolados sobre a produção de riqueza, colocado pela economia política), mostrando a importância do desenvolvimento da divisão do trabalho social para compreender a situação dos indivíduos, e passou a conceber as relações sociais como produto específico das diferenças entre as distintas fases históricas da produção, circulação, socialização e cultura (e já não como relações eternas entre indivíduos isolados), relações sociais em movimento, com a força do novo trabalho social ainda dominado pelo dinheiro, pelo capital e pela acumulação, cada vez mais alienado à relações sociais que se apresentam como relações entre coisas e como subordinação dos trabalhadores e as trabalhadoras às máquinas. à tecnologia e ao Estado.

Só enxergando a história é que se pode avançar numa ruptura epistemológica. E essa ruptura é também uma cadeia de mudanças que acontecem no pensamento para caracterizar mudanças na vida social. Vão afirmando novas concepções em momentos e obras teóricas

definitórias, como aconteceu com as elaborações de Hegel na Fenomenologia do Espírito, na Ciência da Lógica e nos Princípios da Filosofia do Direito; e com Marx, nas obras Ideologia Alemã, XVIII Brumário, Grundrisse, O capital, e a Guerra civil na França, entre outras.

Também pode existir a peculiaridade de uma obra só contribuir para uma grande ruptura epistemológica que, entretanto, precisará de desenvolvimentos posteriores. Foi o caso do prefácio de Engels em 1895 à uma nova edição da obra, As lutas de classes na França, de Marx. Engels, com a influência dum olhar histórico da mudada situação europeia, transformou a concepção teórica do Estado acrescentando novos elementos (O Estado deixou de ser apreciado só como domínio de classe para ser caracterizado como um pacto hegemônico entre todos os grupos da sociedade) e transformou a noção clássica de revolução baseada nas características de velha revolução francesa (para ele evoluções espontâneas de minorias já não serão uma normalidade pois estava se abrindo uma nova época de revoluções de maiorias conscientes) assuntos considerados centrais e muito delicados pelos teóricos críticos do século XIX.

Gramsci também enveredou numa ruptura epistemológica com uma retomada do pensamento original do Marx perante os pensadores liberais e contra o marxismo vulgar das II e III Internacionais. Com a filosofia da práxis, elaborou novas aproximações metodológicas e novas categorias histórico teóricas, denominadas por ele de “íntegrais”: história, cultura e Estado íntegrais (Cadernos do cárcere, Caderno 11). Pelas condições particulares de ele pensar e escrever no cárcere, para nós compreendermos a sua própria ruptura epistemológica é fundamental acompanhar o chamado “ritmo do seu pensamento” no qual ele vai revisando e mudando conceitos em especial o conceito mais destacado da hegemonia, tanto política e de projeto nacional popular, assim como as categorias de intelectual, de vida moral e civil. (Cospito, 2016).

A respeito do pensamento latino-americano, pensadores críticos fizeram contribuições muito importantes para uma perspectiva interdisciplinar dos problemas e da vida política, social, econômica e cultural dos países da região, a tal ponto que pode se dizer que América Latina em conjunto tem caráter de ser uma potência intelectual e cultural. Devido às limitações do período de pesquisa, só foi possível para revisar e reler com cuidado alguns textos da obra teórica política do boliviano René Zavaleta e do brasileiro Ruy Mauro Marini. O primeiro tem suas obras publicadas em 4 tomos pela editora Plural de seu país e, no caso do segundo, a sua produção intelectual encontrou acolhida no site virtual da UNAM: <http://marini-escritos.unam.mx>.

Categorias histórico críticas intermédias de Zavaleta foram elementos metodológicos e teóricos de ruptura epistemológica interdisciplinar contrastantes a respeito do pensamento reducionista do pensamento de esquerda tradicional da América Latina. Entre outros, estão os conceitos de crise nacional geral, formas primordiais, momentos constitutivos dos Estados, equação social, Estados aparentes e sociedades heterogêneas, mediações estatais, ciclos de Estado, categorias encontradas e opostas de democracia, poder dual, o nacional popular. Estes conceitos foram criados por ele para sintetizar determinações de fenômenos da vida política e social latino-americana dos anos 1960 até os anos 1985 do século anterior.

O pensador crítico brasileiro Ruy Mauro Marini, pela sua parte e, no mesmo período que Zavaleta, fez uma grande obra sobre as especificidades do capitalismo latino-americano, como a sua caracterização de capitalismo periférico, dependente e subordinado. A sua

produção teórica resultou um elemento chave para entender fenômenos relacionados à integração subordinada das nossas economias ao capitalismo mundial, à submissão da pequena e média burguesia ao grande capital transnacional, o fenômeno do subimperialismo, como aprofundamento da monopolização da economia e da desigualdade social a partir da superexploração da mão de obra, da transferência de valor e da procura permanente das nossas classes capitalistas pelo lucro fácil a partir do caminho da mais-valia extraordinária. O resultado: uma precarização profunda da vida popular, a ausência da produção própria de bens de produção, a dependência redobrada capitalista dos commodities na divisão internacional do trabalho, e economias dominadas pelas corporações transnacionais e o capital financeiro mundial. Esta situação gerou uma derrota dos Estados com projetos nacionais, um desinteresse e incapacidade de luta nacional das classes capitalistas internas e um aumento da conflitividade entre as oligarquias empresariais industriais, financeiras, exportadoras, comerciais e latifundiárias.

A resistência e as lutas com insuficiências de projetos das classes operárias, dos movimentos sociais e das massas populares foram sufocadas pelas oligarquias dirigentes nos anos sessenta e setenta do século anterior, por meio de golpes de Estado que resultaram numa união do capital monopolista e forças armadas reacionárias subordinadas aos capitais transnacionais. Marini forjou a figura de Estados de contrainsurgência, para caracterizar os poderes políticos militarizados em busca manter as condições de acumulação extraordinária, desorganizar os movimentos populares e redefinir a democracia restringida como possível e viável para seus interesses.

Na atualidade, a crise de legitimidade de uma globalização elitizada e excludente, junto a falência dos Estados neoliberais de concorrência, tem criado novas situações em alguns países da região gerando crises internas das instituições políticas de democracia de partidos elitizados, abrindo passo a regimes de direitos restritos e formas democráticas liberais autoritárias de Estado, produzindo-se o fim da correspondência progressista entre forças sociais, projetos nacionais e internacionais de direção política, situação que está precisando aprimorar o estudo crítico intelectual da realidade.

Daí a necessidade de pesquisar quais conceitos de Zavaleta e Marini que foram parte de uma ruptura epistêmica no século anterior e que permitem hoje analisar com complexidade e como problemas não resolvidos as diferentes crises da América Latina: das economias nacionais, das instituições, das ideologias e da própria civilização, no meio do avanço de forças histórico políticas que estão empoderando regimes autoritários de massas, com registro de outras peculiaridades nacionais pois tem casos em que as crises abrem processos de democracia popular ancorados em diversos cesarismos, em situações de empate catastrófico paralisante, o que leva a pensar a existência duma crise orgânica do Estado.

2.3. Terceiro assunto: a crítica histórica racional, elemento fundamental na teoria social contemporânea

A pesquisa me trouxe uma interessante reflexão sobre os fundamentos da crítica no pensamento social atual e em relação aos problemas e contradições abertas nos processos históricos. O uso moderno do conceito de crítica, como foi indicado acima, tem como ponto

de partida a obra de Kant, a partir da qual evidencia no seus escritos que na compreensão dos fenômenos da natureza, das sociedades e dos indivíduos, o primeiro que aparece nas sociedades é a ideologia da ordem na sua expressão fenomênica: a subalternidade ao pensamento dogmático e fechado dos grandes poderes históricos, como as religiões, as monarquias e os ideólogos da ordem. As viradas histórico políticas, como as grandes reformas e revoluções fazem surgir a pergunta sobre se a manifestação fenomênica é ela mesma a verdade, questão que é um passo muito importante mas não tem respostas simples. Essas dúvidas só fortalecem as inquietações do ser humano moderno, que perante a evidente disparidade entre fenômenos e verdades, tem uma atitude dubitativa cética, mas não chega a uma conclusão válida. E como Marx dirá, na sua análise da revolução francesa de 1848, os homens se veem pressionados em busca das interpretações do passado (Marx, O 18 Brumário de Louis Bonaparte, Capítulo 1, 1852).

Daí que Kant elaborará progressivamente a noção de crítica referida a uma análise e uma síntese suficientemente fundamentadas e argumentadas pelo seu caráter racional baseado na observação, generalização e comparação pensada, considerando os fatos e processos da realidade. Uma ideia similar foi desenvolvida por Max Weber nas suas considerações metodológicas a sua colossal obra póstuma “Economia e sociedade” (Weber, 2022)

Hegel acolheu e reelaborou a noção de crítica de Kant a partir da concepção que faz ênfase na relação do contínuo abstrato-concreto-abstrato, e considera as contradições como motor do avanço do pensamento crítico a novos níveis e formas de pensar, identidades e categorias, da subsunção como manutenção e superação dos conceitos analíticos prévios, e coloca a necessidade tanto de encontrar a essência, como de gerar o conceito como síntese das múltiplas determinações expressadas na relação entre a essência e a aparência fenomênica, numa peculiar volta aos elementos da vida real na teoria, na cultura e no espírito (Hegel, Ciência da Lógica, 1813)

Marx, pela sua parte, fez uma acréscimo fundamental ao método e à categoria da crítica quando escreveu que falar da racionalidade bem fundamentada e argumentada e da síntese racional conceitual não era suficiente e se precisava entender a crítica como componente dos processos da história mesma, como compreensão e superação pelos seres humanos das contradições em luta na natureza, na sociedade e nos indivíduos, e assim colocá-la num processo de negação ativa de estruturas, forças e processos, dentro das relações, determinações e situações sociais (Marx, O capital, Cap. XXIV, 1867).

Essa colocação foi reforçada no mesmo sentido por Antônio Gramsci na crítica que ele fez a Benedetto Croce, feita no caderno 10 dos Cadernos do Cárcere, onde ele o questiona por considerar a luta entre tese, antítese e síntese só como algo racional e esquecer a situação histórica de Europa e da Itália. Gramsci argumenta que na vida mesma em algumas ocasiões a antítese não mantinha nada da tese e a destruía. (Gramsci, Caderno 10, 1929-35), . Essa mesma noção *historicista* da crítica foi utilizada por Zavaleta e pelo Marini nas suas análises relacionados com a historicidade do Estado e da política no desenvolvimento das formações sociais e na luta das classes sociais na América Latina (Zavaleta, O Poder Dual, 1974 (2013); Marini, O desenvolvimento capitalista do Brasil, 1996).

2.4. Quarto assunto: as contribuições de alguns autores clássicos europeus e latino-americanos à teoria do Estado moderno.

Podemos iniciar com Hegel. Para ele, a filosofia crítica, na nova época europeia posterior à grande Revolução Francesa, devia se voltar à vida para pensar a nova liberdade da vontade dos indivíduos modernos, mutuamente reconhecidos como iguais em direitos. O anterior como uma ação orientada para conhecer e reformar a sociedade e a vida comunitária, de forma que os indivíduos se elevassem do Estado “exterior” surgido como consequência natural das relações de intercâmbio, regulador das relações universais e do trabalho abstrato baseado na imediata satisfação de necessidades, para ir para um Estado de plena liberdade, com predomínio do conceito filosófico do direito como ideia absoluta da liberdade individual e coletiva, para assim a vida alcançar um caráter ético político institucional. Daí este pensador se dedicar na sua maturidade a escrever uma ciência do Estado, intitulada *Princípios da Filosofia do Direito* (Hegel). De fato, para ele, o conceito desenvolvido do direito como ideia de liberdade plena, continha tudo o que representava a vida: propriedade, intercâmbio, indivíduos, famílias, sociedade civil, Estado exterior regulador, liberdade, comunidade, trabalho, interdependência, Estado integral, classes, corporações, mediações, instituições e projeto ético político de interesse geral.

Para Hegel, o espírito, a cultura coletiva, o direito racional e o Estado ético político são as premissas da ação política livre e criativa dos indivíduos da sociedade civil. No seu ver, as políticas da monarquia absoluta, do parlamento e da burocracia eram as mediações necessárias para os indivíduos, as classes e as corporações pensarem e participarem nos assuntos e nas decisões do Estado moderno, para assim construir de forma coletiva, ainda que hierárquica, o interesse geral e universal da sociedade. Nas obras principais de Hegel, se apresenta uma concepção da cultura como política. A cultura é ativa e tem uma visão de totalidade, e para a perspectiva de este autor ela deve se dirigir a transformar em liberdade ético política a tendência espontânea de intervir na política duma sociedade passiva e desagregada, que contém interesses diversos e particulares em tanto ela não conseguir alcançar o nível de consciência da liberdade plena.

Hegel apresenta uma noção de Estado como integral, isto é, um Estado que tenta permear a sociedade e estabelece uma determinada relação de interação e influência ideológica e política com ela. Assim, para Hegel a sociedade civil não é somente sustentadora da legitimidade da comunidade política, senão que constitui um conglomerado de elementos sociais múltiplos e diversos, interdependentes pelo trabalho e pertencentes a distintas classes sociais que tem que intervir no Estado se superando a si mesmos para virar elementos conscientes e organizados.

Portanto, o Estado tem que ir além da sua essência (domínio a partir duma dada relação de forças) para se converter num conceito com múltiplas determinações e ir à sociedade para ela poder viver um processo de politização induzida que lhe permita se elevar ética e politicamente para interagir no Estado político (segundo ele, na própria medida em que delegados da sociedade nas câmaras representativas vão se transformando em participantes da política institucional, irão se apropriando de elementos de liberdade consciente) e a sociedade civil vai se adentrando na ordem institucional através de sua participação organizada e colegiada em diversas mediações, tais como as corporações, as

câmaras legislativas, as instituições burocráticas. Nesse processo, segundo Hegel, a sociedade civil vai incorporando uma cultura e um espírito de eticidade e de liberdade que parte do Estado e do Direito e que lhe permite desenvolver uma correspondência com as orientações e políticas elaboradas pelas instituições do Estado e do Direito. Assim, Hegel estabelece uma relação entre cultura e política na qual o dinamismo parte do Estado, mas consegue entrar nos poros da passiva sociedade e levar ela para a política.

Marx é herdeiro de Hegel e ao mesmo tempo crítico de seu idealismo objetivo. Coincide com Hegel em que é necessário encontrar a essência do Estado para ir além das aparências do fenômeno que é muito contraditório e combina a história empírica do poder político com representação geral. A essência e o conceito, para Hegel, estão em condensar a liberdade individual e social e expressar uma relação entre cultura e vida (espírito indo para a vida) na medida em que os indivíduos assumem uma vontade livre reconhecida pela modernidade e levam ela à uma ação de eticidade concordante com o que o Estado estabelece. Para Marx, pelo contrário, a busca da essência do fenômeno do Estado dá como resultado reclamar que o Estado abstrato -sede do interesse geral abstrato- seja determinado diretamente pelo povo materializado na sociedade real, isto é, pelo verdadeiro sujeito e verdadeira essência do Estado (Marx, *Crítica da filosofia de Hegel*, 1843). No entanto, a pesquisa crítica de Marx sobre a economia política dos ingleses muda a sua noção inicial de povo concreto versus Estado abstrato.

Na crítica à Filosofia de Estado de Hegel (1843), Marx argumentou que o Estado, por tanto, não é só uma abstração senão um poder dominante na sociedade e esta é uma entidade com interesses coletivos e ao mesmo tempo, contraditórios, derivados da existência da propriedade privada no seu interior. Portanto, a própria sociedade não poderia ser um poder de todos e para todos por igual, ainda que como sociedade seja sede de uma força produtiva coletiva. Por isso, o interesse geral corpóreo na figura do Estado, se separa da sociedade e das suas contradições; se transforma em uma entidade autônoma, e essa é a base de aparecer como poder abstrato, existente, sobre a sociedade. Passa a ser uma entidade de poder opressor oposta a ela. Esse Estado Moderno é então um poder estranho para a sociedade que o vê como seu Estado de uma maneira alienada e que na verdade permite que aquela parte da sociedade que detém a propriedade privada, domine o poder político ao mesmo tempo que esse poder está fora e é oposto a sociedade. Esta visão se faz mais complexa na *Ideologia Alemã* (1846, Brasil, ed. Boitempo, 1846) Nesse escrito, Marx também reconhece que na sociedade domina o poder da burguesia que resulta da propriedade privada. Essa ideia se amplia até incluir esta outra: o Estado enxergado como governo, é só o poder coletivo das distintas frações da burguesia para administrar seus assuntos comuns. (*Manifesto do Partido Comunista*, 1847) De fato, no escrito de *O Capital*, ao estudar a acumulação originária do capital Marx aprecia o Estado na transição ao capitalismo como uma força decisiva de domínio e violência para conseguir cuidar das grandes fortunas que tem acumulado dinheiro e obrigar aos camponeses a aceitarem a sua desapropriação da propriedade da terra e da sua capacidade de autossustentação.

Com o tempo, Marx vai compreendendo, como consequência de ele acompanhar as lutas revolucionárias da Europa, que o Estado vai se transformando pela luta da classe trabalhadora para influir nos seus assuntos, junto aos outros setores das massas populares, e até frações da burguesia não incluídos na direção política. Especial importância teve a conquista da forma republicana do Estado com sufrágio universal masculino na Revolução

francesa de 1848-52. Operários, massas camponesas, massas de pequena burguesia, burguesia, e elementos da aristocracia, todos eles moldaram a forma democrática republicana. A partir daí, Marx compreende que a pura influência das maiorias não significa um posicionamento de estas a partir da consciência de interesses conjuntos de classe ou específicos de alguns dos seus sectores. Se precisa uma elaboração programática consciente da transformação e da influência das classes na sociedade toda.

Por outra parte, aparece a questão nacional, na qual a classe trabalhadora, minoritária perante os camponeses e a pequena burguesia, tem que passar a ser uma maioria política na sociedade, e para isso precisa de um projeto nacional popular. Estado aparece como âmbito de diversos projetos em disputa. E nela intervêm setores sociais diversos e todos os elementos ativos da sociedade: classes, militares, igrejas, organizações filantrópicas, diretores de jornais, setores excluídos e empobrecidos da sociedade etc. Aparece claro o surgimento do fenômeno da autonomia relativa do Estado, que permite a disputa das classes na luta por políticas públicas e sociais, por leis regulamentadoras do trabalho e do salário, por direitos diversos dos sectores do povo trabalhador e do campesinato. A autonomia permite à sociedade toda ir construindo diversos projetos nacionais numa disputa entre classes e grupos sociais dentro do marco da ordem capitalista.

A transformação do Estado pelas lutas de classes permite às classes trabalhadoras desenvolver sua organização, consciência, autonomia ideológico política e autodeterminação o que coloca o problema de como constituir seu próprio projeto de poder e encontrar-se com o assunto de ter que atuar e lutar por políticas, direitos e posições nas instituições do Estado capitalista republicano parlamentar, ao mesmo tempo que desenvolver com autonomia de classe, um pensamento crítico da ordem burguesa, do parlamento e das instituições do Estado capitalista, políticas vinculadas a uma estratégia de transformação da sociedade e das instituições do Estado, parte de um outro projeto nacional popular (Marx, o 18 Brumário, 1852). Para essa nova luta política popular a grande exigência de Marx é os trabalhadores é manter a sua independência de projeto (Marx, Manifesto Inaugural da Associação internacional de trabalhadores, 1864).

A ordem social capitalista do Estado está colocada por Marx na própria ideia de que o Estado capitalista é a síntese da relação de capital, que tanto cela a ordem do domínio do capital e expressa a unidade das forças do capital, do trabalho e da renda da terra (Marx, Introdução de 1857 aos Grundrisse) como é uma síntese criadora de autonomia relativa do Estado, que abre o espaço para uma disputa na qual todas as classes podem lutar por influir na sua orientação, até um limite relacionado a ordem capitalista, entanto possibilita processos de mudança, reforma ou revolução que podem também levar a uma transformação desse Estado, para um outro, próprio de um projeto anticapitalista, a depender da luta, da organização e da consciência das classes populares, da sociedade civil e dos seus grupos dirigentes.

Em toda essa concepção histórico política do Estado Marx elabora uma ideia muito diferente do Hegel mas que expressa a mesma convicção de que existe uma relação entre história/teoria e cultura/política. Para Marx, sem embargo, o projeto, os programas e os comités dirigentes da política das distintas classes, não são passivos receptores do espírito, senão elementos ativos que elaboram sua própria concepção de mundo ao mesmo tempo que a ampliam e criticam se apropriando das concepções e teorias histórico críticas. A relação entre o processo histórico do Estado, a teoria que vai caracterizando suas características em

movimento, a cultura das massas, da sociedade e da política se vá configurando como uma relação na qual a história cria as forças e os elementos concretos da teoria, e a política se expressa criando a sua própria cultura de participação no Estado ou de contraposição a ele.

Mas na perspectiva de Engels de 1895 tudo muda: a revolução ou as reformas não serão mais uma atividade iluminista de uma parte dirigente avançada da sociedade que se apropria do governo num momento de crise, como foi colocado por ele e por Marx na mensagem ao Comitê Central em 1850 (Marx, Engels, Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas, 1950), senão que Engels, recapitulando as transformações do capitalismo e da luta político-militar no mundo de fim de século, caracteriza a existência de uma nova configuração, na qual os próprios trabalhadores são uma mediação histórica da transformação organizada e consciente das maiorias populares, e a classe trabalhadora inclui na sua luta as outras forças populares existentes (camponeses, pequena burguesia, etc.). Assim, a luta de classes e as inovações da política popular são elementos vitais ativos, criadores de teoria. E isso é considerado teoricamente por Engels em 1895, como a síntese da situação que finaliza um ciclo de formas de luta popular e expressa as múltiplas determinações que a sociedade europeia tem e que o Estado capitalista vive. Com isso pode-se apreciar que tanto Marx, na sua análise da Guerra Civil na França (Guerra civil na França, de 1871) como na Crítica ao Programa de Gotha (1875), como Engels depois em 1895, retomam a ideia do conceito de Hegel como síntese caracterizadora dos fenômenos vivos, mas consideram que na vida real a síntese tem que ser uma verdadeira catapultadora das múltiplas e históricas determinações ativas das maiorias populares, que incidem no Estado de fim de século e afetam a política emancipatória das classes trabalhadoras mudando o conteúdo e as formas de luta.

A minha pesquisa realizada durante o semestre no Brasil sobre pensadores da periferia europeia do século XX deu bons resultados, pois houve um achado inesperado, compartilhado com e dinamizado pela participação de professores e estudantes de meu seminário aberto sobre Gramsci na UFRJ: foi em torno a três documentos que permitem conhecer a preocupação original de Gramsci por insistir em que o Partido Comunista Italiano, fundado com a sua participação em 1921, fizesse uma política muito diferente da tradição socialista italiana de só posicionar-se ideológica e politicamente pelo projeto socialista, sem estudar e produzir obra sobre a realidade de Itália e de Europa, isto é, sem entender que o concreto das relações sociais de um país é a única base firme de uma política transformadora. No documento intitulado, O que Fazer? (1923), Gramsci exige de o novo partido comunista desenvolver um pensamento coletivo histórico crítico, conhecer como as contradições internas se desenvolveram historicamente no território nacional e nas distintas regiões da Itália, analisar a realidade interna das forças e suas relações no âmbito interno nacional e popular, analisar as determinações históricas da política real tanto nas instituições como na sociedade civil.

A busca deste autor era mudar o papel do partido comunista fundado com a sua participação para se converter num partido cujo eixo central fosse *conhecer* Itália, caracterizar as suas diversas problemáticas e entender que trabalhar perante as contradições reais era, como dizia Hegel, o motor da verdadeira política transformadora. Em 1923, como Gramsci menciona, não existia nem um livro sobre a realidade italiana produzido pelos socialistas.

A descoberta pela pesquisa dentro do seminário das perguntas enunciadas por Gramsci em 1923, me permitiu avaliar a importância das Teses de Lyon, elaboradas por

Gramsci e por Togliatti, apresentadas para o debate no III congresso do seu partido em janeiro de 1926, assim como do artigo de Gramsci, “Alguns temas da questão meridional”, escrito em junho de 1926, só três anos depois de ele colocar o problema da ausência de uma análise crítica coletiva da realidade nacional. Nesses dois últimos documentos, Gramsci consegue elaborar teoricamente as primeiras análises histórico críticas profundas da realidade histórica, econômica, política, intelectual e social italiana. Nas teses, encontram-se conceitos como o predomínio capitalista na economia atrasada italiana, o colonialismo interno nas relações entre o Norte Industrial e o Sul Agrário latifundiário desse país, o Estado de compromisso como realidade problemática para o Estado surgido do “Risorgimento” ter uma política unitária, e daí a grande dificuldade para a elite liberal conduzir o desenvolvimento da nação e resolver problemas nacionais, a ausência duma política nacional progressista do Estado italiano perante o centro e o sul do país, as primeiras noções do partido como expressão dum movimento dos próprios trabalhadores e não só como a sua síntese orgânica, etc.

O artigo sobre “Alguns temas da questão meridional” permitiu a Gramsci elaborar teoricamente o papel da ideologia e dos intelectuais como mediadores fundamentais do posicionamento e do comportamento político das classes e das massas populares, concepção que acrescentou a sua luta contra o dogmatismo e o reducionismo economicista. Assim, ele fez uma caracterização histórico crítica da chamada questão meridional como fenômeno de subalternidade das massas a uma ideologia elitista e não somente como subordinação econômica. Neste documento, Gramsci começa a trabalhar o que ele chama a questão vaticana, como o problema de submissão ideológica das massas populares tanto do Sul como do Norte de Itália a uma ideologia cosmopolita e elitista de domínio da igreja católica na vida das maiorias obedientes, que depois virou partido popular cristão na política.

A pesquisa mostrou a importância de entender os textos de A. Gramsci, com ajuda de uma aproximação histórico-política à sua produção intelectual. Isso é sem dúvida, uma contribuição importante e necessária para uma leitura historicista adequada dos Cadernos do cárcere, contrária à prevalente leitura teoricista que parte de uma desconexão entre teoria/história a respeito das problemáticas que vigoram na realidade da política que enfrentava o autor.

Um outro tema de interesse na minha pesquisa do semestre foi estudar as categorias intermédias de algumas obras de caráter sociopolítico tanto de René Zavaleta como de Ruy Mauro Marini, ao redor de situações de América Latina, Bolívia e Brasil. Esses autores criaram conceitos e recursos metodológicos para analisar como na própria história das nossas sociedades se sintetizam contradições, relações e determinações próprias e concretas da região em momentos específicos da sua história. Zavaleta apresenta uma importante teorização sobre a especificidade da relação economia-política na América Latina, que em alguns momentos significou a presença de Estados aparentes que não conseguiam incluir institucionalmente às suas sociedades embora impusessem poder e ordenamentos militares, civis e educativos, e estabeleciam uma separação quase absoluta entre o poder das elites oligárquico-mineiras e agrárias e a autonomia econômico política das comunidades originárias. O autor criou a noção de formações sociais heterogêneas, com burocracias de Estado aparentes articuladas debilmente a comunidades com alto grau de autonomia econômica, política e cultural, para indicar situações concretas de heterogeneidade em

momentos histórico-políticos tanto da Bolívia como de Guatemala, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela (Zavaleta, *Notas sobre la cuestión nacional en América Latina* 1981).

Outras categorias importantes de caráter intermédio da obra de René Zavaleta são as de Equação social, e do Nacional popular, úteis para estabelecer metodologicamente como se apresenta em situações específicas a relação entre sociedade política e sociedade civil em cada formação social, num momento da sua história e em uma situação determinada. Está também a categoria de Formação primordial que define a capacidade de soberania de cada sociedade perante as relações econômicas internacionais, as categorias de Ideologia necessária e Ideologia de ressábio com grande utilidade para analisar o mundo cultural e ideológico das nossas sociedades capitalistas.

A própria categoria de Estado na América Latina é usada por Zavaleta para indicar o grande valor de estudar os Estados a partir da sua história, indicando este autor que, no final, por esse conceito Estado estamos entendendo o grau de autonomia relativa da política e da especificidade histórica de cada Estado, no entanto considera adequada a diferenciação entre tipo e forma de Estado para se referir seja ao caráter capitalista do Estado moderno como às peculiaridades institucionais e hegemônicas dos diversos sistemas e regimes políticos. Concepção crucial de Zavaleta é sua consideração de que os Estados nacionais estão sempre em movimento. Todos os Estados têm momentos de crise e entram em reconstituição, aparecem novos momentos constitutivos e vários determinados ciclos de Estado em que se redefinem os blocos de poder e a relação entre estes e as distintas classes sociais. Estas categorias são uma grande contribuição para a teoria histórico política dos Estados latino-americanos e para elevar a análise desde o abstrato universal ao concreto específico.

Mas são duas as categorias mais originais do pensamento de Zavaleta: a de crise nacional geral e a noção de democracia (como conjunção e síntese de quatro conceitos que têm distinta origem e expressam relações diferenciadas de poder na sociedade moderna).

A categoria de crise é entendida por Zavaleta como uma forma de expressão catastrófica, uma queda das mediações institucionais normais de uma sociedade que evidencia uma separação histórico política entre Estado e sociedade civil. Estudar uma sociedade a partir da sua crise permite um conhecimento profundo da sociedade, das suas forças e de seus elementos verdadeiros de poder na economia, na política e na ideologia. A crise para Zavaleta é um método de conhecimento privilegiado das sociedades pois consiste num abalo do conhecimento institucional, que é o conhecimento na normalidade. A crise também é importante para conhecer o poder de cada classe e suas formas de influência social, organização e capacidade política. Em terceiro lugar, a crise é um momento de condensação e aceleração da participação e da luta política das sociedades.

Uma outra questão teórico-política elaborada por Zavaleta é a categoria de democracia que ele caracteriza e sintetiza em quatro conceitos que sintetizam e expõem ângulos diferentes da relação da sociedade moderna com o poder político (Zavaleta, *Cuatro conceptos de la Democracia*, 1984). Democracia como espírito do movimento geral da época capitalista, como leitura da sociedade a partir das instituições, isto é, como questão da autopercepção que emerge da representação institucional das forças ideológico políticas, como teoria de conhecimento e da política, ancoradas nas burocracias, nas mediações e nas organizações da sociedade, cada uma procurando determinar seu grau de poder e de universalização, e, o quarto conceito, a democracia como autodeterminação das massas

populares. Zavaleta proporciona uma grande contribuição à teoria histórico-crítica a partir de problematizar e complexificar um conceito que usado na acepção liberal evoca uma simplicidade linear de sentido comum representativo para legitimar governos e forças dirigentes, mas tem um grande potencial quando é utilizado como ferramenta de conhecimento e de disputa pelas forças histórico-sociais populares na sua relação com o Estado moderno.

A pesquisa sobre a obra de Ruy Mauro Marini recupera as suas elaborações em instituições de América Latina: no Brasil, no Chile e no México, especialmente na UNAM, onde ele trabalhou como acadêmico de tempo integral; também foi diretor do Centro de Estudos Latino-americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais. Seu pensamento crítico hoje já é conhecido no Brasil pelo interesse que suas categorias teóricas sintéticas têm gerado nas juventudes intelectuais contemporâneas. Mas, é bom dizer, que pelas traduções e pelos grupos de professores e intelectuais que tem socializado seu pensamento, são os textos de análise teórico estrutural os mais utilizados e debatidos sobretudo pela impressionante ruptura epistemológica que produziram com sua crítica ao desenvolvimentismo liberal da segunda Pós-Guerra. Tal perspectiva evolutiva com base na CEPAL, tinha criado ilusões de uma progressiva igualação a futuro e por etapas dos capitalismo da região com relação aos capitalismo dos países industrializados.

Marini destacou-se pela sua elaboração teórica crítica do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano assim como pela elaboração de categorias marxianas relacionadas com as peculiaridades da integração imperialista da economia latino-americana; no Brasil, a integração subordinada foi realizada a partir da industrialização brasileira de capitalismo dependente de nível médio que sob o regime militar se projetou como expressão subimperialista na sub-região de América do Sul.

Mas junto a essa magnífica produção teórico estrutural, Marini foi um intelectual criador de categorias intermédias relacionadas com a situação dos Estados, da democracia e das políticas na América Latina e no Brasil. Produção pouco conhecida, embora tenha grande importância para estudar e sintetizar determinações histórico políticas da nossa região e do Brasil. Este autor elaborou escritos teóricos diversos sobre o Estado e a política no capitalismo dependente contemporâneo tais como Subdesenvolvimento e revolução (1976), o Estado de contrainsurgência (1978), La lucha por la democracia en América Latina (1985), e Economía e democracia (1994), para mencionar alguns deles. No semestre, reli esses textos e achei que tem grande potencial explicativo sobre o fenômeno do Estado em relação às determinações latino-americanas, especialmente brasileiras, que atingem a luta de classes e o poder político na hora do aprofundamento da crise de hegemonia do Estado capitalista no mundo todo. O Estado contemporâneo e a luta popular pela democracia são analisados com uma crítica a respeito as tendências autoritárias (hoje de massas) sem que isso leve o autor a optar pelo unilateralismo de considerar o Estado só como expressão das classes dominantes e poder contrainsurgente onde a única alternativa para as massas populares seja a rejeição e o apoliticismo.

Para Marini, pelo contrário, é vital entender o Estado moderno capitalista como espaço de disputa social e política pela hegemonia, que opõe projetos contrários das diversas classes e grupos sociais, questão que na situação atual da América Latina, vivenciando uma crise orgânica do Estado, resulta central.

A seguir incluímos uma citação muito reveladora do pensamento complexo de Marini sobre as políticas populares possíveis perante o Estado autoritário e burocrático contemporâneo na nossa região latino-americana:

É necessário entender a democracia como uma forma de organização política que atribui aos cidadãos o direito fundamental de dispor da economia. Só assim se abrirá o caminho para a mudança dos usos do Estado, que foram estabelecidos até hoje com base nos interesses e pressões da classe dominante e dos centros capitalistas mundiais. Para que isso seja possível, as forças sociais terão que exigir a construção de um novo quadro jurídico institucional, que coloque nas suas mãos o controle das forças básicas da economia. Para tal, podem recorrer a uma vasta gama de instrumentos, incluindo mecanismos de autogestão e cogestão da produção; participação direta na formulação e implementação de políticas públicas referentes às suas necessidades imediatas: educação, saúde, habitação, transporte; o poder de decidir sobre as prioridades dos gastos públicos e o direito de exercer ampla supervisão dos cidadãos sobre a utilização dos recursos do Estado. Uma mudança desta natureza só será possível se as massas se dedicarem a causá-la, através da luta política diária. Mas dificilmente o conseguirão, se continuarmos a alimentá-los com aquele engano a que chamamos democracia representativa, cujo conteúdo principal é sacrificar a participação em benefício da representação. O que se impõe é a abordagem de uma verdadeira democracia participativa, que afirma a direção e o controle das massas sobre o Estado de forma direta e permanente.

Assim, para Marini, o Estado contemporâneo e a luta popular pela democracia são analisados com uma crítica a respeito as concepções e tendências elitistas e autoritárias das classes dominantes sem que isso leve ao autor a optar pelo unilateralismo de considerar o Estado só como expressão de um poder contrainsurgente, onde a única alternativa para as massas populares seja a rejeição anárquica e o apoliticismo. Pelo contrário, na situação atual de multicrise (crise estrutural, crise geopolítica, crise econômica, crise política e crise de hegemonia), disputar o Estado com projetos participativos populares e construir um poder autodeterminado de massas são possibilidades certas e urgentes.

3. Conclusões

No semestre foram trabalhados enfoques e problemáticas teóricas de atualidade sobre o papel da teoria social na crise de hegemonia que atravessa América Latina, acerca de como aparece originalmente nas obras de autores clássicos fundadores da teoria social-histórico crítica europeia que procuraram dar continuidade e sentido social ao pensamento filosófico da ilustração alemã dos séculos XVIII e XIX, principalmente I. Kant, F. G. Hegel, K. Marx e F. Engels.

Incluímos também alguns elementos de referência histórico-política que esclarecem algumas perguntas que Gramsci tinha na sua mente sobre porquê, para quê e como pensar as lutas de classes numa sociedade como a italiana com a participação aberta da intelectualidade orgânica dos trabalhadores. Gramsci foi crítico da teoria política liberal na época que iniciou a expansão da mundialização capitalista.

Consideramos também aspectos da contribuição do pensamento crítico latino-americano do século XX que propõem categorias intermédias para nós nos apropriarmos das determinações históricas contemporâneas, em particular algumas obras de René Zavaleta

e Ruy Mauro Marini. O foco central foi recuperar as suas contribuições e problematizá-las em relação à questão da identidade/distinção entre história e teoria, cultura e política no contexto da necessidade e as dificuldades para uma nova epistemologia do Estado moderno e da interdisciplinaridade atual. A pesquisa procurou analisar desenvolvimentos da teoria social com o fim de complexificar e enriquecer as linhas de pesquisa dos doutorandos participantes das disciplinas.

4. Referências

- COSPITO, G. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**, Buenos Aires: ed. Continente, 2016.
- ENGELS, F. Prefácio à reedição do texto de Marx In: **As lutas de classes na França**, São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- GRAMSCI, A. O que fazer?. **Plataforma Digital Lavra Palabra**, 2022. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2022/01/31/o-que-fazer> . Acesso em: 04 set. 2024.
- GRAMSCI, A. Teses de Lyon: a situação italiana e as tarefas do PCI (janeiro de 1926). In: GRAMSCI, A., **Os líderes e as massas**. 1.ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.
- GRAMSCI, A. Alcuni temi della questione meridionali (novembri de 1926). **Revista PCI: Lo Stato operaio**, Roma: Editori Riuniti, 1966. 159p.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. México: ed. Era, 2000.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- HEGEL, F. G. **Fenomenología del Espíritu**, 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2017.
- HEGEL, F. G. **Ciencia de la Lógica**, España:Ediciones Solar, 1982.
- HEGEL, F. G. **Principios de la filosofía del Derecho**, 1.ed., Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2004.
- MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 1976. Disponível em: <http://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 02 set. 2024.
- MARINI, R.M. **El Estado de contrainsurgencia**, 1978. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARINI, R. M. **Economía y democracia**.1994. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARINI, R.M. La lucha por la democracia en América Latina. **Folleto**, Buenos Aires: Ediciones CLACSO, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**, São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. Mensagem do Comité Central à Liga dos Comunistas, **Obras escogidas**, tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1974.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

- MARX, K. **Manifiesto inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores**, Plataforma Marxists Internet Archive, 2001. Disponível em:
<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1860s/1864fait.htm> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARX, K. Prefácio. Para a Crítica da Economia Política, **Obras escolhidas**, Lisboa: Editorial Avante, 2007. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> . Acesso em: 04 set. 2024.
- MARX, K. **O Capital**. México: ed. Siglo XXI, 1976.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**, São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- OLIVER COSTILLA, L.F.; COUTINHO, J. (Coords). **Problemas teóricos do Estado integral na América Latina: forças em tensão e crise**. São Paulo: ed. Lutas anticapital, 2023.
- WEBER, M. **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Espanha: FCE, 1964.
- WEBER, M. **El político y el científico**. Espanha: Euskal Herriko Komunistak, 1959.
- ZAVALETA, R. **El poder dual: problemas de teoría del Estado em América Latina**, Bolívia: Ed. Los amigos del libro, 1987.
- ZAVALETA, R. La cuestión Nacional em América Latina, **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.
- ZAVALETA, R. Cuatro conceptos de la democracia. **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.
- ZAVALETA, R. Lo nacional popular em Bolivia. **Obras completas**, tomo II, La Paz: ed. Plural, 2013.